



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, em primeira chamada às quatorze horas, segunda chamada às quatorze horas e nove minutos, iniciou-se a reunião com os seguintes conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Rogério Amaro da Silva, Marcos de Souza Pires, Antônio Carlos do Rego e Souza, Rodrigo Cantini, Luiz Paulo da Silva, Leila Maia da Silva, Denise Marchon Tinoco, Antônio Carlos Cunha, Denise Lagreca Ouriques Suplente: Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Tadeu da Silva Costa, João Batista Lins Guilhermino, Rose Mary de Melo Bruce, Adriana Domingues Picanço, Jorge Alberto Rispoli, Ana Mayda Ordonez Vieira, Valcilea Costa e Sérgio Henrique Vieira Campelo. O Presidente Bruno abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da mesma e chama atenção dos conselheiros presentes à reunião para a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Ata anterior; 2-Leitura dos Ofícios recebidos e enviados; 3-Relatório do Grupo de trabalho (Programação Anual e Plano Municipal de Saúde); 4- Informes sobre Habilitação como Unidade de Alta Complexidade em trauma e Ortopedia o HMECG; 5-Informes sobre Habilitação como Unidade de Alta Complexidade em trauma e Nutrição Enteral e Parenteral o HMECG; 6-Alteração na data da reunião ordinária de novembro; 7-Pautas para Próxima Reunião; 8-Informes Gerais. A Secretária Geral Anna Quintanilha lê os ofícios de indicação dos novos Conselheiros: Ofício da Associação de Moradores Unidos por São José que indica o Sr. Tadeu da Silva Costa para representar a Associação no CMS-Maricá como Suplente. Ofício nº 307/2022 da Secretaria de Urbanismo indicando a Sra. Valcilea Costa para Suplente no CMS-Maricá. **Primeiro ponto da pauta:** Apreciação e votação da Ata anterior. O Presidente Bruno pergunta ao Conselheiros presentes se todos receberam a ata e se tem alguma colocação. Todos respondem que não, coloca em votação a ata de 29 de setembro de 2022. Foi aprovada por unanimidade. **ponto da pauta:** Leitura dos Ofícios. O Presidente solicita a Secretária Geral Anna Quintanilha que leia os ofícios. A Secretária Geral explica que alguns ofícios foram enviados para o grupo de WhatsApp do CMS-Maricá e só fará a citação: Ofício nº 688/SMS/2022 da Secretaria de Saúde, em resposta ao ofício nº 155/CMSM/2022 que solicitou a relação e endereços das instituições de longa permanência para idosos existentes no município Ofício. nº 742/SMS/2022 da Secretaria de Saúde, em resposta ao ofício nº 168/CMSM/2022 que solicitou, o relatório final das Pré Conferências de 2021, Ofício. nº 632/SMS/2022 da Secretaria de Saúde encaminhando os esclarecimentos que enviou a respostas para o Ministério Público. Ofício. nº 638/SMS/2022 da Secretaria de Saúde, solicitando inclusão na pauta de novembro da proposta de exames de conveniência da instalação de Mesa Municipal de negociação Permanente no âmbito da Direção Municipal do SUS em Maricá, Ofício nº 631/SMS/2022 da Secretaria de Saúde encaminhando resposta da Secretaria de Planejamento onde informa que o Contador não realiza mais serviços para o CMS-Maricá, ofício. nº 716/SMS/2022 da Secretaria de Saúde, solicitando inclusão na pauta da Habilitação como Unidade de Alta Complexidade em trauma e ortopedia o HMECG e da Habilitação como Unidade de Alta Complexidade de Nutrição Enteral e Parenteral o HMECG. E os que irá ler. Ofício nº 686/SMS/2022 da Secretaria de Saúde, em resposta ao ofício nº 158/CMS/2022 solicitando uma reunião com os gerentes das Unidades de Saúde da Família. Ofício nº 743/SMS/2022 da Secretaria de Saúde, em resposta ao ofício nº 162/CMSM/2022, informando o agendamento da reunião com a Subsecretária de Atenção Primária Luana, a Coordenadora Shirley, a Coordenadora da Regulação Tereza e os Gerentes das Unidades de Saúde do Município, ao término da leitura a Secretária geral explica que essa resposta veio após a reiteração do primeiro ofício insistindo na necessidade da referida reunião. Então a Secretaria respondeu com agendamento de uma reunião no dia 04/11, às 14 horas na Avenida Roberto Silveira, a na Universidade Vassouras coordenadores, a Shirley, Luana e a Dra. Claudia. A Conselheira Denise explica a Comissão de Atenção Básica sobre a necessidade e a importância da reunião para tentar solucionar transtornos entre a regulação e as Unidades de Saúde. Ofício nº 701/SMS/2022 da Secretaria de Saúde alterando a composição de indicação da SMS: Titular – Solange Regina de Oliveira, Suplente- Ana Mayda Ordonez Vieira, Titular Marcelo Rosa Fernandes, Suplente – Claudia Rogéria de Souza. Ofício nº 745/SMS/2022 da Secretaria de Saúde, em resposta ao ofício nº 161/CMSM/2022, que encaminhou denúncia feita em reunião plenária do dia 29/09/2022, da pela mãe de um paciente do CAPS Ad Fernando Barbosa. A Sra. Genice Barbosa Alonso. Ofício DEFIS nº 7 1184/2022 do CREMERJ encaminhando relatório e o termo de notificação de exigência da visita realizada na Unidade de Saúde de Santa Rita. Ofício DPGERJ/6 NREGT nº 384/2022 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro 6º Núcleo Regional de Tutela Coletiva com questionamentos sobre a prestação de serviços e aplicação de recursos referentes à saúde materno e infantil. O Conselheiro Luiz Paulo fala que não entendeu a resposta do ofício em relação ao Contador, que diz que o Contador foi desligado da Gestão da Prefeitura e do Conselho, mas ele é responsável pelo que ele fez. O Presidente lê o ofício, e diz que no seu entendimento ficou um lapso, um vácuo, uma lacuna que não sabe com exatidão. Mas que talvez o contrato tenha acabado com a secretaria e aquela empresa de contabilidade não mais presta serviço de consultoria e que não há mais o motivo para a Secretaria provocar. Sendo assim ainda que há necessidade deste conselho em provocar o contador. De fato o Conselheiro não está errado. Ele prestou serviço para o Conselho, tem o endosso da assinatura dele, inclusive vinculando o registro dele no trabalho prestado e se ainda existe alguma necessidade de esclarecimento e já que a municipalidade não tem mais vínculo com o contador, o próprio Conselho pode provocar a empresa de contabilidade a qual ele está vinculado, através de ofício, não precisamos mais ter que seguir o trâmite de provocar a secretaria de saúde e ela provocar o planejamento que é a detentora do contrato da empresa. Já que não tem mais vinculação do município com a empresa de contabilidade, podemos pular essa etapa e fazer uma convocação a empresa de contabilidade se assim esse Conselho achar necessário. O Conselheiro Luiz Paulo diz que se faz necessária a convocação do Contador para ele fazer alguns esclarecimentos que ficaram pendentes. A Conselheira Denise Concorde com o Conselheiro Luiz Paulo, lembrando da reunião com a Promotora e do sumiço dos onze milhões. O Presidente diz que este Conselho assim como qualquer outro órgão de controle social, da controladoria interna e externa tem todo o direito, muito embora tenha aprovado as contas, de rever os seus atos, assim como o ato discricionário da administração pública previsto pelos atos do prefeito e do chefe do executivo, do Legislativo, inclusive do Judiciário existe essa faculdade de se rever os atos a qualquer tempo. Então isso é uma premissa que cabe aos Conselheiros se assim decidirem em sua maioria em querer convocar o Contador. É só encaminhar solicitação a mesa diretora e oficiamos a empresa de contabilidade uma vez que temos os dados de contrato, solicitamos o contador para



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

esclarecimento. A Conselheira Denise lembra sobre a reunião com o TCE, o que foi falado sobre a Gnosés, as aprovações das contas e da responsabilidade dos Conselheiros. O Presidente coloca em votação se há necessidade de convocar o Contador para tirar dúvidas sobre a questão do trabalho que ele já havia apresentado. Foi aprovado por unanimidade a convocação do Contador. O Presidente diz que irá fazer ofício para empresa de contabilidade, solicitando a presença do contador numa data que vai ser agendada pela Mesa Diretora de acordo com a empresa de contabilidade no dia que for mais favorável e possível para todos. **Terceiro ponto da pauta:** Relatório do Grupo de trabalho (Programação Anual e Plano Municipal de Saúde). A Secretária Geral lembra que na reunião passada foi formado um Grupo de Trabalho, e que o Conselheiro Cunha pediu vistas da Programação Anual de Saúde e do Plano Municipal de Saúde, tendo em vista que recebemos no dia 16/09/2022 e a reunião sendo dia 29/09/2022, não tivemos tempo hábil para analisar corretamente. Então resolvemos pedir vistas, temos 30 dias que possamos nos pronunciar, fazemos os questionamentos, enviarmos para a Secretaria, esperarmos a resposta, para finalmente emitir um parecer final. Diz que no dia 18/10, teve uma reunião na sala do Conselho com o GT, mas só compareceram ela, Cunha e Adriana, onde ao fazer a primeira análise, foi constatado que a Programação Anual não tem nem valores e nem prazos estimados, o que não nos dá chance de verificar realmente de acordo com o PPA, LOA e LDO, lembra que no dia anterior teve uma audiência pública na câmara para aprovação da LDO e o Conselho não foi comunicado, ninguém sabe sobre as audiências públicas, não sabemos o que eles entendem por pública, mas enfim já temos algumas observações algumas coisas que detectamos, ao final resolvemos devolver a Programação Anual de Saúde para a Secretaria para que sejam colocados os valores, os prazos estimados ou uma previsão para que possamos então realmente analisá-la, junto às Comissões de Finanças e Atenção Básica e tem que estar de acordo com as diretrizes da décima nona conferência que foi realizada de 03 a 05/04/2019, e informa que o Plano deveria ser realizado de acordo com as Conferências, cita os prazos das Conferências: Nacional, Estadual e Municipal. Então decisão do grupo de trabalho foi devolver a Programação Anual de Saúde para que se complete as informações, iremos mandar algumas dúvidas que detectamos. Assim que respondidas e retiradas as dúvidas o grupo de trabalho vai se reunir com as Comissões de Finanças e Atenção Básica, para elaborar um relatório recomendando ao plenário a aprovação ou não da Programação. Continua dizendo que a preocupação é que já deveria estar pronta a programação de 2023 e que ainda não teve a aprovação de 2022. Pergunta se todos concordam que se proceda dessa forma. Todos os presentes aprovam que espere a respostas da Secretaria para elaboração do relatório final. O Presidente diz que Independentemente de enviar ofício, acha que realmente cada vez que se provoca no ofício as letras explicam muitos menos do que ter a oportunidade de estar com servidor presencialmente, sugere à comissão que marque um nova reunião com a representação da gestão através da Mônica o que e auxilia no andamento dessa análise. **Quarto ponto da pauta:** Informes sobre Habilitação como Unidade de Alta Complexidade em trauma e Ortopedia o HMECG. A Secretária Geral informa que no dia 24/10, recebemos um ofício da Secretaria de Saúde solicitando essa inclusão na pauta. Pergunta quem vai fazer a apresentação. A Conselheira Ana Mayda apresenta o Anderson que é Coordenador de Urgência e Emergência. O Coordenador Anderson explica que a Habilitação do serviço de ortopedia de média complexidade que faz no hospital e que precisa da Habilitação junto ao Ministério da Saúde para realizar procedimento de Alta Complexidade de Ortopedia onde entra a parte de cirurgia de quadril, coluna entre outras coisas. Diz que é mais um informe e deixa claro para o Conselho que precisa dessa habilitação para fazer esses procedimentos no Hospital Ernesto Che Guevara. **Quinto ponto da pauta:** Informes sobre Habilitação como Unidade de Alta Complexidade em trauma e Nutrição Enteral e Parenteral o HMECG. O Coordenador Anderson explica que Dentro da terapia intensiva precisa desse tipo de nutrição então, não tem habilitação, está solicitando o mesmo pedido para a utilização para dentro do hospital por conta dos leitos da UTI. A Secretária Geral pergunta que basicamente é um encaminhamento ao Ministério da Saúde para que habilite o hospital para essas duas funções. O Coordenador Anderson afirma que sim, que é um informe para colocar uma habilitação junto ao Ministério da Saúde. O Vice Presidente pergunta sobre a cirurgia de coluna e diz que quem faz esse tipo de cirurgia é o Neuro Cirurgião. O Coordenador Anderson afirma que tanto o ortopedista ou o cirurgião neurologista que fazem a cirurgia de coluna, só precisa que o hospital tenha habilitação em alta complexidade. A Conselheira Adriana pergunta quais são os pré requisitos para essa habilitação? O Coordenador Anderson responde que normalmente parte das equipes e estrutura da unidade, o checklist é feito com relação a todos os equipamentos, parte de ASDT e das equipes, mas tudo isso já está no cronograma existente dentro do hospital. Afirma que só falta a habilitação do serviço, que não tem nenhuma outra necessidade maior. O Conselheiro Rodrigo Cantini pergunta se essa habilitação vai gerar um aporte maior de verba para o hospital? O Coordenador Anderson responde que geralmente para o procedimento de alta complexidade gera um valor maior de custeio e posto dentro do teto MAC. O Conselheiro Tadeu pergunta se a Habilitação já foi enviada para o Ministério da Saúde e se tem data para envio? O Coordenador Anderson responde que já passou pela CIA, precisa dar ciência ao Conselho, passar pela CIB, cumprir todos os transites burocráticos para poder inserir proposta do sistema SACS, assim que tiver a reunião da CIB(Comissão Inter gestores Bipartite) que acontece no início do mês, que é realizada no Rio de Janeiro, tendo a reunião a proposta será inserida dentro de sites e Sistemas. A Conselheira Valcilea pergunta se todos tem acesso a essas documentações e informações. O Coordenador Anderson responde que as documentações e informações ficarão disponíveis sim, é só solicitar. A Secretária Geral afirma que a Coordenação de Urgência e Emergência do Hospital Municipal Ernesto Che Guevara só está informando sobre as Habilitações e não precisa de aprovação do CMS-Maricá. O Coordenador Anderson diz que não é aprovação, só está dando ciência ao CMS-Maricá que o hospital está fazendo esse tipo de procedimento. O Conselheiro Sérgio fala para o Coordenador Anderson que quando foi aprovado o Hospital Ernesto Che Guevara a memória que foi enviada para ANVISA era de um hospital geral de alta complexidade, com alta tecnologia e teria vários serviços, cita os exames e etc., mas que não entendíamos como seria realizado, fala da audiência pública que houve na Câmara, que foi citado Lei nº 12.858, que no artigo 3º destina 25% dos recursos do royalties para esses empreendimentos, mas que na última reunião foi informado que só existia atendimento de baixa complexidade como fimose e pequenos traumas, e que depois soube que estava tendo crédito adicional e um novo aporte, cita outros assuntos ligados ao financeiro da saúde. Pede que a gestão traga a nova memória de cálculo,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

os indicadores e os valores empregados no hospital para serem apresentados aos Conselheiros. Secretária Geral diz que esse tipo de item tem que está na programação anual de saúde e no plano municipal de saúde. O Conselheiro Sérgio continua, lembra da reunião que houve com a Promotora onde ela falou dos valores que não estavam dentro do planejamento. Fala dos hospitais federais que estão completamente sucateados e poderiam estar fazendo as cirurgias de alta complexidade, como o INTO. Diz não entender essas mudanças que estão ocorrendo no Hospital Che Guevara, cada reunião tem uma alteração na sua estrutura e funcionamento, cita as alterações no hospital, na unidade de saúde da Mumbuca, a dificuldade das gestantes na realização de ultrassonografia e das dificuldades em discutir valores, planejamentos dentro da gestão atual. O Coordenador Anderson diz que são duas situações diferentes, em relação a incremento de 20% acha que foi outra reunião com Luiz Fernando, a qual ele não estava presente, a parte que está colocando é habilitação da unidade para fazer o serviço de alta complexidade e não tem nenhum valor destinado. Em relação ao hospital Alberto Torres, hoje ele não tem habilitação de alta complexidade a única habilitação que o hospital Alberto Torres tem é somente para UTI, ele trata alguns procedimentos. O Conselheiro Sérgio diz que a proposta do HMEG era ser um hospital geral, de portas abertas, de alta complexidade. O Coordenador Anderson diz que a princípio sim, mas foi aberto emergencialmente para Covid-19, agora voltou a se estruturar para tornar ao perfil inicial. A Conselheira Ana Mayda diz que a Dra. Solange está procurando deixar os técnicos a disposição na reunião para sanar quaisquer questionamentos, mas caso não traga o técnico responsável para aquele questionamento, que seja colocado em ofício para que durante o mês muitas questões possam ser resolvidas, e que vocês tomem ciência do que está sendo resolvido. Responde ao Conselheiro Sérgio que o Anderson hoje está presente para resolver a pauta habilitação e que o Conselheiro colocou outra pauta, outro questionamento a gestão está à disposição para receber ofício ou conversa e deixar o técnico responsável que no caso é Luiz Fernando, com a parte financeira da secretaria vir tirar as dúvidas de vocês. A Conselheira Denise pergunta ao Coordenador se essas cirurgias ortopédicas já serão iniciadas? O Coordenador Anderson responde que só pode fazer essas cirurgias após à habilitação. A Conselheira Denise pergunta se não vai haver mais o sufocamento no HMCML, porque somos uma cidade com característica de traumas no trânsito muito grande. O Coordenador Anderson responde que essas cirurgias têm que passar pela regulação e depois encaminhadas para o HMEG. A Conselheira Denise afirma que Conde hoje é uma tragédia, meu marido passou pelo trauma e fiquei bastante horrorizado. Pede que conste em ata, que foi fazer uma endoscopia depois de três anos e sofreu um horror na regulação, mas irá falar nos assuntos gerais. Entrou dentro de um corredor que é o banheiro onde os Profissionais trocam de roupas e os pacientes se trocam é um porão, uma coisa monstruosa e aí o Hospital Che Guevara estando pronto com essa habilitação, vai desafogar o Conde e tirar desse horror. É óbvio que a pediatria é urgentíssimo, o estado que se encontra a atual é um horror, mas o centro cirúrgico não é tão sério, porque o centro cirúrgico é uma coisa que precisa acontecer, como por exemplo o gargalo de cirurgia de mioma que é uma coisa que na cidade poderia ser rápido. Por isso que estou perguntando ao Coordenador estando o hospital habilitado às cirurgias, estas começam imediatamente? Começaram porque o Conde não tem mais condição? Denuncia mais uma vez que médicos recém-formados estão fazendo coisas horrorosas, as pessoas estão em pânico. Morre de medo de precisa ficar dentro do Conde, a bagunça que aqueles médicos jovens estão fazendo é muito feia para quem ficar dentro Conde. Diz que a bagunça que aqueles Médicos jovem estão fazendo é imoral, cada um decide o que vai fazer, da forma que quer com o paciente, ignorando a existência dos acompanhantes. Então quer saber se o HMEG vai atender essa demanda, pede ao Conselho que apoie. O Presidente agradece a presença do Coordenador Anderson e pelos esclarecimentos feitos ao pleno. A Secretária Geral pede aos Conselheiros Sérgio e a Denise Marchon que enviem os questionamentos que fizeram nesta reunião para o CMS-Maricá para que possam ser transformadas em ofício e enviado a Secretaria para resposta. O Conselheiro Sérgio pergunta como está a questão das faltas dos Conselheiros e qual critério está sendo usado para as faltas. O Presidente diz que é importante o Conselheiro tocar nesse assunto até para poder dar ciência aos demais conselheiros, estamos revendo logicamente dentro da medida do possível, temos esta preocupação e fizemos alguns ofícios solicitando a substituições dos faltosos. Afirma que a falta precisa ser justificada, só que a maioria esmagadora dos conselheiros que vem faltando não têm justificativa nenhuma. Então, pelo próprio Regimento, não poderiam mais estar no Conselho. O Conselheiro Sérgio pergunta se justificar pelo grupo de WhatsApp do Conselho é aceito. O Presidente responde que acredita que é questão de bom senso que não tem porque criar uma barreira para pessoa ter que oficialar. Com relação as faltas não justificadas são de vários Conselheiros, já estamos tomando providências para procurar pelo menos saber diretamente com o Conselheiro o que está acontecendo, porque de repente pode ser que a pessoa possa estar passando por um problema que possamos ajudar. Mas, na maioria das vezes não tem retorno nenhum, então estamos oficiando a instituição a qual aquele Conselheiro representa para solicitar substituição, inclusive algumas instituições que já se manifestaram de que não têm ninguém para indicar e preferem sair da representatividade do Conselho, o que não pode é não justificar, não dar nenhuma explicação, nem oral ou escrita por mensagem, e termos sempre a dificuldade ou deficiência de conseguirmos quórum na maior parte do tempo, hoje conseguimos que a Secretaria de Urbanismo mandasse a Valcilea que inclusive é minha suplente no conselho entre outros que estão aparecendo como o Tadeu, para poder somar forças, não só para o quórum, mas também com relação as comissões que é o mais importante. Mas esse trabalho está sendo feito, estamos disparando diversos ofícios para as instituições pedindo para regularizar a questão das faltas. O Vice Presidente diz que o Coordenador Anderson falou sobre a habilitação de cirurgia ortopédicas, mas faltou a habilitação para Unidade de Alta Complexidade em trauma e Nutrição Enteral e Parenteral o HMECG. A Secretária Geral informa que o Coordenador já falou. O Coordenador Anderson retorna e diz que são 02(duas) habilitações. Uma para Alta Complexidade em trauma e Ortopedia no HMECG e outra para Alta Complexidade em trauma e Nutrição Enteral e Parenteral para os pacientes que estão na UTI do HMECG. Sexto ponto da pauta: Alteração na data da reunião ordinária de novembro. O Presidente diz que sabemos que está se aproximando a época de copa do mundo, a seleção brasileira vai jogar nesse dia 24. Então devido a uma série de fatores como a questão de deslocamento, o comportamento da torcida brasileira que pode sofrer até com a possibilidade de ausência de quórum por parte daqueles que não ligam para o futebol. Foi sugerido trazer hoje à reunião, se o conselho concorda em antecipar a data



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

prevista da reunião ordinária de novembro do dia 24 para o dia 17. Pergunta se alguém se opõe a troca da data. Todos os presentes concordam com a mudança da data da reunião ordinária do CMS-Maricá para o dia 17/11/2022. Sétimo ponto da pauta: Pautas para Próxima Reunião: O Presidente pergunta se alguém quer sugerir um ponto para próxima pauta. A Secretária Geral fala que tem um ofício da Secretaria Municipal de Saúde que solicitou a inclusão na pauta da causa relativa à Proposta de exames de conveniência da instalação de Mesa Municipal de negociação Permanente no âmbito da Direção Municipal do SUS em Maricá. Pergunta a Conselheira Ana Mayda se ela pode explicar do que se trata o assunto. A Conselheira Ana Mayda diz que na próxima reunião virá um técnico da Assessoria Jurídica da SMS para explicar essa pauta. Pede também a inclusão na pauta da apresentação do novo Coordenador do CEREST. O Presidente sugere um encontro do responsável pelo CEREST com a comissão do CEREST se possível até a próxima reunião seria lógico agendar uma reunião com o Coordenador para debaterem os pontos da situação atual do CEREST para chegar na próxima reunião e já ter um panorama das propostas que o novo Coordenador está trazendo agora, das deficiências que existem e já seria meio caminho andado e um ganho que temos para a reunião. A Secretária Geral diz que por parte dela não ve nenhum problema já que faz parte da Comissão junto com a Conselheira Rose Mary. Se conseguirmos juntar todos os membros da comissão, visto já termos um questionamento antigo sobre o assunto e já sabemos o que acontece em Maricá. Lembra que não vai demorar muito para sermos cobrados sobre o assunto, não só no Fórum da Metropolitana II como possivelmente pelo Estado. O Conselheiro Cunha pede para convocar o representante da Mahatma Gandhi para dar alguns esclarecimentos. O Presidente pede ao Conselheiro Cunha que envie os esclarecimentos para podermos formalizar o ofício e encaminhar à OS Mahatma Gandhi. A Conselheira Adriana pede o ponto de pauta sobre os Portadores de marca passo, diz que os portadores estão tendo problemas em adentrar em algumas unidades comerciais do município, explica os motivos e dá a sugestão para resolver o problema. A Secretária Geral diz que já existe uma lei, só não sabe se está regularizada no município, caso não esteja seria o caso de enviarmos para a Câmara para fazer um projeto de Lei. O Presidente diz que independente de regulamentação ou não, mais uma vez retorno aqui questão do consenso que tem que ser haver, não podemos esperar ter uma regulamentação de uma lei especial para tratar um tema que é sensível, que é Universal, e nem Brasileiro, Independente de qualquer coisa acha que uma conversa com os Comerciantes no geral poderia ser aberto aqui. Diz que o Conselheiro Delfim que é da Associação Comercial pode ajudar nesse intercâmbio. A Conselheira Adriana pede outro ponto em relação ao Serviços Ambulatorial de Ortopedia. Diz que no dia anterior houve a reunião da Associação dos Profissionais de Saúde de Maricá e foi colocado que vários médicos ortopedistas já estão sendo colocados de lado, num dado momento o serviço de ortopedia foi para o CDT onde havia uma sala para atendimento ambulatorial de ortopedia, só que não existe mais, e retornou para o HMCML e estão terminando com esse atendimento. Diz ainda que tem paciente levando de 40 a 60 dias para a retirada de uma bota gessada ou outras partes que tenha sido colocada no atendimento emergência como por exemplo: Um acidente de carro, moto, queda, e não tem onde retirar. No Che Guevara só faz pós operatório. Pede um esclarecimento da Secretaria sobre o assunto. A Secretária Geral diz que não é somente a retirada de um gesso, mas pode precisar de radiografar. O Conselheiro Jorge que é também técnico de aparelho gessado no HMCML, diz que em novembro terá uma diminuição no atendimento e ambulatorial de ortopedia de 5 para 2 médicos, e temos uma demanda muito grande de pacientes gessados ou imobilizados na cidade. Com o atendimento no Che Guevara fazendo a parte de cirurgia ortopédica, alguns médicos foram atender lá, no final de outubro foi tirado esse serviço do HMCML, onde eram atendidos uma base de 50 pacientes por dia imobilizados, por semana 40 atendimentos. Seria necessário comunicar a Secretaria de Saúde para dar um melhor atendimento. A Secretária Geral solicita a inclusão para convocar a Gnosés para dar esclarecimento sobre as obras do Posto de Santa Paula e MCMV Inoã e o prazo de conclusão. O Vice Presidente relata que segundo o médico que trabalha no fim de semana, está tendo dificuldade nas remoções dos pacientes para o HMECG, que quando solicita a vaga, recebe a resposta que não tem. Pede a inclusão desse assunto na pauta para que seja esclarecido qual o motivo da falta de vaga. O Conselheiro Sérgio solicita que seja enviado um ofício para a Secretaria para saber onde está sendo empregado os 25% do recurso da Lei 12.858 de 09/09/2013 que dispõe sobre a destinação para a área de educação e saúde da parcela de participação financeira do Royalties do petróleo e do gás. Oitavo ponto da pauta: Informes Gerais. O Presidente consulta o colegiado se há concordância de todos, sobre o fechamento da sala dos conselhos no que concerne somente entre o dia 28 a 02 de Novembro com retorno das atividades no dia 3, ele particularmente não vê nenhum impedimento, até mesmo porque existe algum planejamento já feito pela própria secretária a respeito desse período que geralmente acontece em um feriado prolongado, amanhã é o dia 28 é dia do funcionário público no entanto tiveram algumas determinações do prefeito que levou o feriado para 14 de novembro. Então está trazendo para o Conselho tomar ciência e saber se alguém se opõe a essa solicitação da Secretaria Executiva. Todos concordaram com liberação. A Conselheira Denise fala da reunião com a Regulação, cita um caso ocorrido com ela, que ficou três anos esperando para fazer uma endoscopia, que teve pedir intervenção da Secretária de Saúde onde conseguiu fazer, cita um problema na sua mão e no nariz. Sugere que o Conselho faça uma deliberação pedindo providência urgentes para que a Regulação comece a funcionar. Cita outro caso que ocorreu na sala em que o seu marido estava sendo atendido no HMCML. Diz que existe o HMECG enorme, que se gasta muito e está há 13 anos sendo construído e o Conde está uma barbárie, um horror, que está com o marido esperando para revisão de cirurgia gravíssima, onde passou horrores dentro daquele hospital e não morreu porque ela é Denise Marchon, porque ele foi abandonado dentro do trauma amarrado por reação da anestesia e não teve nenhum médico ou enfermeiro com sensibilidade. Diz que na sala de sutura do Conde faz-se biópsia e pequenas cirurgias de biópsia na frente do paciente que está sendo atendido, são dois procedimentos numa sala minúscula. Pede que o Conselho notifique a Secretaria de Saúde para que tenha o mínimo respeito e humanidade ao cidadão. O Conselheiro Sérgio pergunta quem é da Comissão que faz as vistorias, lembra que quando fez a visita no HMCML a esterilização estava precária. A Secretária Geral lembra que o problema que tem com as Comissões e quando chamamos para fazer as reuniões e visitas ninguém vai. A Conselheira Denise solicita que a Comissão passe o dia inteiro dentro no HMCML e nas enfermarias, cita casos ocorridos durante a visita anterior. Diz que tinha uma Médica chamada Laura que estava dentro da enfermaria torturando as pacientes, chegando ao nível de chamar de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

mentirosa, que não precisava estar ali, que não aceitava nenhum exame do setor privado. Pessoas com câncer, sofrendo e o resultado era do setor privado. Solicita que o Conselho faça uma deliberação que HMCML e a Regulação para que tratem os pacientes com mais respeito porque passou dos limites. O Conselheiro Sérgio fala sobre o pedido da Comissão materno-infantil para que pudesse ter uma aproximação do pré-natal das gestantes até a puericultura, analisar o óbito materno infantil e fetal e que precisa conversar com as gestantes e crianças até 03 anos de idade, cita quais marcadores que precisa acompanhar. A Secretária Geral lê um e-mail que o Conselho recebeu da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro 6º Núcleo Regional de Tutela Coletiva com questionamentos sobre a prestação de serviços e aplicação de recursos referentes à saúde materno infantil, que o Conselho tem que responder em cinco dias com uma série de questionamentos. Lê todos os questionamentos realizados, fala ao Conselheiro Sérgio que precisa fazer uma reunião da Comissão para responder esses questionamentos. O Conselheiro Sérgio responde que está como Presidente do Conselho da criança, está organizando a Conferência Conselho da criança que acontecerá no dia 07/11, e tem outros compromissos. A Secretária Geral diz que o Conselho vai repassar o e-mail para a Secretaria de Saúde através de ofício solicitando as respostas e perguntando o porquê que o Conselho não participa do Comitê de Mortalidade Materno. O outro Ofício é do credenciamento da saúde bucal, contendo todas as informações. Informa que o referido ofício está a disposição dos Conselheiros na sala do Conselho caso queiram consultar. último informativo sobre as mesas temáticas durante os dias 29 de setembro 27 de outubro 23 de novembro de 2022 que foi enviada para todos os Conselheiros via e-mail. O Presidente não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às 15:40mim horas (quinze horas e quarenta minutos) da qual, eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 27 de outubro de 2022. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Rogério Amaro da Silva
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária NOVA
Secretária Geral

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV
Tesoureiro

Ana Mayda Ordonez Vieira
Gestor – Sec. de Saúde

Marcos de Souza Pires
Ass. Médica de Maricá

Rodrigo Cantini
Ass. Médica de Maricá

Adriana Domingues Picanço
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Luís Paulo da Silva
Usuário – Centro Comunitário de Cordeirinho
2º Distrito

Leila Maia da Silva
Usuária – Templo Espiritualista ARUANDA

Denise Marchon Tinoco
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de
Itaipuaçu - 4º Distrito

Sérgio Henrique Vieira Campelo
Ass. Pestalozzi de Maricá

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Rose Mary de Melo Bruce
Usuário – Ass. de Mord. de Cordeirinho
2º Distrito

Tadeu da Silva Costa
Usuário – Ass. de Mord. Unidos de S. José de Imbassai
- 1º Distrito

Valcilea Costa
Gestor – Sec. De Urbanismo

Antônio Carlos da Cunha
Cruz Vermelha Brasileira

Leila Maia da Silva
Usuária – Templo Espiritualista ARUANDA

João Batista Lins Guilhermino
Prestador de Serviço- Laboratório PH

Conselho Municipal de Saúde de Maricá

Av. Roberto Silveira, nº 46 – Térreo, sala 102 – Centro Maricá/RJ – CEP 24900-440, Tel. 21 3731-1965

E-mail: cms.marica@hotmail.com